

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

AQUISIÇÃO DE VÁLVULAS, POR LOTES

TA_22_223_CI_B_007_DMA

Lote I – Válvulas murais, válvulas de borboleta e válvulas de guilhotina

Lote II – Válvulas de cunha e de retenção

PROGRAMA DO CONCURSO

Dezembro 2022

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 1.º

OBJETO DO CONCURSO

O presente Programa do Concurso define os termos do concurso a que obedece a fase pré-contratual para a celebração do contrato de Aquisição de Válvulas, por lotes, nos termos e conforme especificações técnicas constantes do Caderno de Encargos.

ARTIGO 2.º

ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade adjudicante é a Águas do Tejo Atlântico, S.A., adiante designada por “Tejo Atlântico”, com sede na ETAR de Alcântara, sita na Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto, sob o número único de matrícula e de pessoa coletiva 514 387 130, telefone +351 213 107 900, Fax +351 213 107 901, website www.aguasdotejoatlantico.adp.pt e correio eletrónico geral.adta@adp.pt.

ARTIGO 3.º

ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTATAR

A decisão de contratar, nos termos do n.º I do artigo 36.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), foi tomada por deliberação do Conselho de Administração da Tejo Atlântico, em reunião realizada no dia 19 de dezembro de 2022, como consta da respetiva ata.

ARTIGO 4.º

PLATAFORMA ELETRÓNICA

1. O presente concurso é tramitado na plataforma eletrónica de contratação pública <http://www.acingov.pt> (doravante denominada por “plataforma eletrónica” ou “plataforma AcinGov”).
2. O acesso à referida plataforma eletrónica é gratuito e permite efetuar a consulta e o *download* gratuito das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta, nos termos e mediante as indicações constantes da mesma.
3. O anúncio do concurso foi publicado, de acordo com o n.º I do art.º 130.º e 131.º do CCP, no Diário da República e no JOUE, respetivamente.

ARTIGO 5º

ESCLARECIMENTOS SOBRE AS PEÇAS DO PROCEDIMENTO E ERROS E OMISSÕES CADERNO DE ENCARGOS

1. Os pedidos de esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e as listas com a identificação dos erros e omissões das peças do procedimento devem ser apresentadas pelos interessados na plataforma eletrónica até às 23h59m00s do termo do primeiro terço do prazo fixado para apresentação de propostas.
2. Os esclarecimentos referidos no número anterior são prestados pelo Júri do Procedimento, na plataforma eletrónica, até às 23h59m00s do termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, na plataforma eletrónica, até às 23h59m00s do termo do segundo terço do prazo fixado para apresentação de propostas, considerando-se rejeitados todos os que não sejam, até ao final daquele prazo, por ele exatamente aceites.

SECÇÃO II PROPOSTA

ARTIGO 6º

DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM AS PROPOSTAS

1. As propostas devem, nos termos do disposto no artigo 57º do CCP, ser individualizadas por lote, e serem constituídas pelos seguintes documentos:
 - a. Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, conforme modelo que constitui o **Anexo I** ao presente programa do concurso;
 - b. Documentos relativos aos atributos das propostas:
 - i. Proposta de Preço, indicado em algarismos e por extenso, prevalecendo, em caso de divergência, o expresso por extenso, que não deve incluir o IVA, conforme modelo que constitui **Anexo II** ao presente Programa do Concurso;
 - ii. Lista de Preços Unitários (LPU), devidamente preenchida, conforme modelos que constituem **Anexo III e IV** ao presente Programa do Concurso, em ficheiro editável excel e em ficheiro pdf;

- iii. Documento com indicação dos prazos de entrega de cada um dos itens fornecer (em semanas);
 - c. Fichas de características dos equipamentos/peças a fornecer;
 - d. Documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo, conforme decorre do artigo 14.º do presente Programa do Concurso;
 - e. Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, designadamente a Certidão Permanente do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor;
 - f. Outros elementos de apresentação facultativa, que o concorrente considere de interesse e que não estejam em contradição com o estipulado no presente Programa do Concurso ou no caderno de encargos.
- 2. Os documentos que integram a proposta devem obrigatoriamente ser redigidos em língua portuguesa, sem prejuízo do disposto nos números seguintes.
- 3. Os concorrentes podem ainda apresentar, integrados na proposta, outros documentos nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do CCP, os quais devem ser apresentados em língua portuguesa, sem prejuízo do referido no número seguinte.
- 4. Quando, pela sua natureza ou origem, os documentos das propostas estiverem redigidos em língua estrangeira, os mesmos devem ser acompanhados de tradução devidamente certificada.
- 5. Na organização dos documentos da proposta a submeter na plataforma eletrónica, o concorrente deverá fazer corresponder os nomes dos ficheiros às alíneas correspondentes a cada um dos documentos mencionados no n.º 1 e, caso entendam juntá-los, os mencionados no n.º 3.
- 6. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deverá ser ainda constituída por declaração de promessa de, em caso de adjudicação, os membros do agrupamento se associarem na modalidade jurídica prevista no artigo 17.º deste Programa de Concurso, elaborada em conformidade com o modelo apresentado no **Anexo V** ao presente Programa do Concurso (Acordo-Promessa de Constituição).
- 7. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida no ponto anterior, deve ser assinada pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
- 8. Caso o concorrente revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do

representante comum, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.

ARTIGO 7.º

APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

ARTIGO 8.º

PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS

As propostas devem ser apresentadas diretamente na plataforma eletrónica, até às 23h59m00s do 35.º (*trigésimo quinto*) dia a contar da data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia e Diário da República, não sendo considerado o próprio dia da publicação.

ARTIGO 9.º

MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica, devendo ser individual e eletronicamente assinados.
2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica de um documento, dotado de fé pública, que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.
4. No caso de a proposta ser apresentada por agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se refere os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 do presente artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

ARTIGO 10.º

PRAZO DA OBRIGAÇÃO DE MANUTENÇÃO DAS PROPOSTAS

É de 180 (cento e oitenta) dias o prazo da obrigação de manutenção das propostas.

ARTIGO 11.º

FASE DE NEGOCIAÇÃO

Não haverá lugar a leilão eletrónico nem a negociação.

SECÇÃO III

ANÁLISE E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

ARTIGO 12.º

CRITÉRIOS DE ADJUDICAÇÃO E DE DESEMPATE

- I. O critério adotado é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator, conforme previsto na alínea a) do n.º I do artigo 74.º do CCP, densificado nos seguintes fatores de avaliação das propostas relativos aos aspetos da execução do contrato submetido à concorrência pelo Caderno de Encargos e respetivos coeficientes de ponderação:
 - a) Prazo de entrega 20 %
 - b) Preço global..... 80 %
2. A metodologia a adotar na avaliação de propostas encontra-se explicitada no **Anexo VI** deste programa de concurso.
3. Caso seja ordenada em primeiro lugar mais do que uma proposta, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios:
 - a) Para o Lote I:
 - a. Se resultar uma classificação final que atribui o primeiro lugar a mais do que uma proposta, será considerada para efeitos de adjudicação a proposta que obtiver melhor pontuação na avaliação do fator “b) Preço Global”;
 - b. Seda aplicação do critério definido no número anterior, a situação de empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta que tiver apresentado o mais baixo preço para o Item I.10 da LPU, que constitui o Anexo III ao Programa do Concurso;
 - c. Se, após a aplicação dos critérios definidos nas alíneas anteriores, a situação de empate subsistir será considerada para efeitos de desempate a proposta com a pontuação mais elevada, para o item I.4 da LPU, que constitui o Anexo III ao Programa do Concurso;

- d. Caso, ainda assim, subsista um empate entre duas ou mais propostas, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar a melhor avaliação no fator “a) prazo de entrega”;
 - e. Se, da aplicação dos critérios definidos nas alíneas anteriores, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes termos:
 - i. O sorteio será assegurado através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro;
 - ii. O júri notificará os concorrentes com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, informando-os da data, da hora e da plataforma informática em que decorrerá o sorteio, bem como dos demais termos e condições necessários, designadamente para efeitos de credenciação;
 - iii. A falta de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.
- b) Para o Lote II:
- a. Se resultar uma classificação final que atribui o primeiro lugar a mais do que uma proposta, será considerada para efeitos de adjudicação a proposta que obtiver melhor pontuação na avaliação do fator “b) Preço Global”;
 - b. Se da aplicação do critério definido no número anterior, a situação de empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta que tiver apresentado o mais baixo preço para o Item 2.5 da LPU, que constitui o Anexo IV ao Programa do Concurso;
 - c. Se, após a aplicação dos critérios definidos nas alíneas anteriores, a situação de empate subsistir será considerada para efeitos de desempate a proposta com a pontuação mais elevada, para o item 2.4 da LPU, que constitui o Anexo IV ao Programa do Concurso;
 - d. Caso, ainda assim, subsista um empate entre duas ou mais propostas, será ordenada em primeiro lugar a proposta que apresentar a melhor avaliação no fator “a) prazo de entrega”;
 - e. Se, da aplicação dos critérios definidos nas alíneas anteriores, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio entre as propostas relativamente às quais se verifica o empate, nos seguintes termos:
 - iv. O sorteio será assegurado através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro;
 - v. O júri notificará os concorrentes com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, informando-os da data, da hora e da plataforma informática em que decorrerá o sorteio, bem como dos demais termos e condições necessários, designadamente para efeitos de credenciação;

- vi. A falta de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

Artigo 13.º

ADJUDICAÇÃO POR LOTES

1. Os concorrentes podem apresentar proposta apenas para algum lote ou para todos os lotes indicados no número seguinte, devendo, contudo, apresentar proposta para todos os artigos previstos em cada lote a que concorram, sob pena de exclusão da proposta.
2. Será adjudicada uma proposta por cada um dos lotes, melhor identificados no caderno de encargos:
 - a) **Lote I** - Válvulas murais, válvulas de borboleta e válvulas de guilhotina;
 - b) **Lote II** - Válvulas de cunha e de retenção.

ARTIGO 14.º

PREÇO ANORMALMENTE BAIXO

1. Nos termos e para efeitos do disposto no artigo 71.º do CCP, são consideradas de preço anormalmente baixo:
 - a) Para o Lote I, as propostas de preço global inferior a 125.000,00 € (*cento e vinte e cinco mil euros*), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do preço base;
 - b) Para o Lote II, as propostas de preço global inferior a 25.000,00 € (*vinte e cinco mil euros*), correspondente a 50% (cinquenta por cento) do preço base.
2. Propõe-se a fixação do referido limiar do preço anormalmente baixo porquanto se mostra necessário garantir a qualidade dos bens a fornecer e a correta e atempada execução contratual por parte do fornecedor, assegurando o cumprimento do disposto dos princípios da concorrência, da transparência e da igualdade de tratamento, previstos no artigo 1.º-A do CCP, bem como garantir o cumprimento das normas aplicáveis em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, nos termos do número 2 da mesma disposição legal.
3. O limiar foi fixado tendo em conta os preços médios obtidos em consultas preliminares ao mercado, relativamente ao fornecimento de bens iguais ou equivalentes aos contratados para este procedimento.

ARTIGO 15.º

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

- I. No prazo de 5 (*cinco*) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o fornecedor deve apresentar na plataforma eletrónica, os seguintes documentos:
- a) Declaração de habilitação, elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II do CCP, conforme **Anexo VII** ao presente Programa do Concurso;
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I artigo 55.º do CCP, designadamente:
 - Certificado do registo criminal da entidade/empresa;
 - Certificado do registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência em efetividade de funções;
 - Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.
 - c) Certidão Permanente do Registo Comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
2. Caso o fornecedor revista a forma de um agrupamento, os documentos de habilitação previstos n.º I devem ser apresentados por todos os seus membros.
3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente certificada.
4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos na alínea b) do n.º I ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o fornecedor pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.

6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a 5 (*cinco*) dias, na sequência de solicitação do fornecedor formulada à Tejo Atlântico antes de expirado o prazo a prorrogar.
7. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o fornecedor não apresentar os documentos de habilitação:
 - a) No prazo fixado no n.º 1, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
8. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do CCP, e esse facto não seja imputável ao fornecedor, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 (*cinco*) dias, sob pena de caducidade da adjudicação.
9. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o fornecedor deve apresentar os seguintes documentos, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 87.º-A do CCP:
 - a) Declaração de Compromisso de cumprimento dos requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial da Tejo Atlântico, elaborada em conformidade com o modelo do Anexo VIII ao presente Programa do Concurso;
 - b) Identificação de outorgantes e interlocutores para efeitos de comunicação, conforme Anexo IX ao presente Programa do Concurso.

ARTIGO 16.º

CAUÇÃO

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida a prestação de caução.

ARTIGO 17.º

MODALIDADE JURÍDICA DO AGRUPAMENTO FORNECEDOR

- I. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento Concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do

disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho ou agrupamento complementar de empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de Agosto.

2. O agrupamento fornecedor deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

ARTIGO 18.º

CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo fornecedor ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo fornecedor é causa de caducidade da adjudicação.
4. Correm por conta do fornecedor as despesas inerentes à celebração do contrato.

ARTIGO 19.º

DADOS PESSOAIS

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela Tejo Atlântico, exclusivamente no âmbito do presente procedimento de aquisição de bens, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do CCP, respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A Tejo Atlântico garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A Tejo Atlântico garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.adta@adp.pt.

ARTIGO 20º

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A todas as matérias que não estiverem especialmente reguladas no presente Programa do Concurso, aplica-se o disposto no CCP.

ANEXO I

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 6.º do Programa de Concurso]

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal BASE GOV, em <http://www.base.gov.pt/deucp/welcome>, utilizando para o efeito o documento pré-preenchido disponibilizado junto às peças do presente procedimento;
- O concorrente deverá preencher as partes I, II (com exclusão da secção D), III e VI, não sendo as demais (partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento.

ANEXO II

Proposta de Preço

[a que se refere a subalínea i. da alínea b) do n.º I do artigo 6.º do Programa de Concurso]

(a apresentar separadamente por Lote)

F_____ (identificação do concorrente pessoa singular ou do(s) representante(s) legal(ais) do concorrente, se se tratar de pessoa coletiva: nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal _____[qualidade em que subscreve a declaração - só aplicável se se tratar de pessoas coletivas] de _____[identificação da sociedade ou do agrupamento concorrente: no caso de sociedade, a firma, o número de identificação fiscal, a sede e o código de acesso à certidão permanente, no caso de agrupamento, as firmas, os números de identificação fiscal, as sedes e os códigos de acesso às certidões permanentes dos respetivos membros], depois de ter tomado conhecimento do objeto do concurso público para celebração do contrato para a **“Aquisição de Válvulas, por lotes – TA_22_223_CI_B_007_DMA” – Lote___** declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a fornecer os bens, que constituem objeto referido contrato, em conformidade com o caderno de encargos, nas condições técnicas propostas e pelo preço total de€ (numericamente e por extenso), para o prazo máximo contratual de 12 (doze) meses, a que acresce o Imposto sobre o Valor Acrescentado, à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido, conforme Lista de preços unitários em anexo.

Local e data,

Assinatura(s)... (a)

(a) Nos termos dos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

ANEXO III

Lista de Preços Unitários Lote I

[a que se refere a subalínea ii. da alínea b) do n.º I do artigo 6.º do Programa de Concurso]

(Documento autónomo)

ANEXO IV

Lista de Preços Unitários Lote II

[a que se refere a subalínea ii. da alínea b) do n.º I do artigo 6.º do Programa de Concurso]

(Documento autónomo)

ANEXO V

Modelo de Acordo-Promessa de Constituição de Agrupamento

[a que se refere o n.º 6 do artigo 6.º do Programa de Concurso]

(a apresentar separadamente por Lote)

F, _____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Concurso Público destinado à celebração do contrato de **“Aquisição de Válvulas, por Lotes - TA_22_223_CI_B_007_DMA”**, e nos termos do número 6 do artigo 6.º do programa de procedimento, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em Consórcio ou Agrupamento Complementar de Empresas. (a)

A participação qualitativa de cada empresa no Consórcio ou Agrupamento a constituir é a que se discrimina:

As empresas signatárias da presente proposta declaram que a empresa _____ representará o Consórcio ou Agrupamento perante a Tejo Atlântico, devendo toda a correspondência ser enviada para _____ (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas signatárias da presente proposta assumem perante a Tejo Atlântico, responsabilidade solidária passiva, desde já quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

As empresas signatárias da presente proposta aceitam a exigência de autorização prévia da Tejo Atlântico a qualquer alteração na composição do Agrupamento ou do Consórcio, sob pena de exclusão do procedimento.

Data _____

Assinatura (b) _____

(a) - No caso de o Consórcio ou Agrupamento adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____” (em maiúsculas).

(b) - Nos termos dos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO VI

Metodologia de Avaliação das Propostas

I. METODOLOGIA GERAL

De acordo com o Artigo 12º deste Programa do Concurso e dando cumprimento ao disposto na alínea n) do nº1 do artigo 132.º do CCP, o critério de adjudicação da presente aquisição de serviços é o da *proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de multifator*, densificada pelos seguintes fatores elementares de avaliação das propostas relativos aos aspetos da execução do contrato submetidos à concorrência pelo Caderno de Encargos e respetivos coeficientes de ponderação:

Fatores de Apreciação	Ponderação %
1. Prazo de entrega	20 %
2. Preço Global	80 %

2. AVALIAÇÃO DO FATOR “PRAZO DE ENTREGA”

A avaliação parcial do fator qualitativo (1. PRAZO DE ENTREGA) será efetuada mediante a seguinte fórmula:

Pontuação Fator Prazo (Proposta i') = $10 * (\text{Prazo Proposta Mais Baixo}) / (\text{Prazo Proposta } i)$

Prazo Proposta = Prazo Medio entrega dos itens (em semanas)

3. AVALIAÇÃO DO FATOR “PREÇO GLOBAL”

A apreciação de “Preço da Proposta” (PPi) será obtida de acordo com as seguintes fórmulas arredondadas à segunda casa decimal:

Se o Preço da Proposta i' \geq PAB €

$$\text{Pontuação Fator Preço (Proposta } i') = 9 * \frac{PAB^y}{Vi^y}$$

Se o Preço da Proposta i' < PAB €

$$\text{Pontuação Fator Preço (Proposta } i') = 10 - \frac{Vi}{PAB}$$

em que:

- Pontuação Capítulo i da Proposta i': é a pontuação a atribuir ao fator Preço Global da Proposta i, com um máximo de 10 pontos;
- Vi: é o valor do Somatório dos Itens da LPU da proposta i';
- Y: expoente com valor 2,0
- PAB: Preço Anormalmente Baixo
 - Lote 1: 125.000,00 €
 - Lote 2: 25.000,00 €

ANEXO VII

Modelo de declaração de habilitação

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º DO CCP e a alínea a) do n.º I do artigo 15.º do Programa de Concurso]

(a apresentar separadamente por Lote)

1 - ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], fornecedor(a) no procedimento de **“Aquisição de Válvulas, por Lotes - TA_22_223_CI_B_007_DMA”**, declara(m), sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

...(local), ... (data), Assinatura (11)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão << a sua representada >>.

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão << a sua representada >>.

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57º.

ANEXO VIII

Declaração de Compromisso de cumprimento dos requisitos do Sistema de Responsabilidade Empresarial da Águas do Tejo Atlântico, S.A.

[a que se refere a alínea a) do n.º 10 do artigo 15.º do Programa de Concurso]

[Nome da Empresa], com sede em [localização da sede], pessoa coletiva n.º [número], neste acto representada por [designação dos representantes], declara que no âmbito da sua atividade:

- I. Cumprirá as disposições legais e regulamentares, bem como às demais disposições impostas pela Tejo Atlântico, nos termos do “Manual de Fornecedores – requisitos de fornecimento”, aprovado no dia 03 de julho de 2018 e do próprio Sistema de Responsabilidade Empresarial em vigor, sendo por sua conta os encargos que de tal resultem;
- II. Disponibilizará a informação e os registos necessários à verificação do cumprimento do estabelecido no ponto anterior;
- III. Disponibilizar-se-á para ser auditado pela Tejo Atlântico, num quadro de verificação de conformidade com os requisitos instituídos pela empresa no âmbito do Sistema de Responsabilidade Empresarial. As auditorias a realizar inserem-se na perspetiva dos referenciais normativos NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 e NP EN 45001 no que respeita ao controlo de fornecedores (e subcontratados) e incidirão apenas sobre os aspetos relacionados com o fornecimento de bens à Tejo Atlântico.

[Local] , [data]

ASSINATURA(S) – IDENTIFICADA(S)

ANEXO IX

Identificação de outorgantes e interlocutores para efeitos de comunicação

[a que se refere a alínea b) do n.º 10 do artigo 15.º do Programa de Concurso]

Xxxx (*designação da entidade*) declara que, na outorga do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“Aquisição de Válvulas, por Lotes - TA_22_223_CI_B_007_DMA”**, será representada por xxx, (*designação dos representantes*), na qualidade de xxx, conforme consta na Certidão Permanente do Registo Comercial com o código de acesso online xxx (*indicar outra forma de delegação, se aplicável, ex: procuração emitida em xxx, ata de AG data de de xxx*).

Mais se declara que no âmbito da execução do contrato a celebrar as comunicações a efetuar se realizarão para os seguintes contactos:

Cocontratante:

- [*identificação da entidade*]
- [*identificação da pessoa de contacto*]
- Morada: [●]
- Telefone n.º [●]
- Correio eletrónico [●]

[*Local*], [*data*]

ASSINATURA(S) – IDENTIFICADA(S)